

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Petrobras anuncia que recebeu R\$ 1 bi da Lava-Jato	2
Título: Agronegócio volta ao STF para suspender tabela do frete	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Temer sanciona tabela do frete, e agronegócio vai ao STF	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Corrida ao ônibus elétrico	6
Título: Lava Jato já devolveu R\$ 2,5 bilhões à Petrobrás	8
Título: Agronegócio vai ao STF contra lei do frete aprovada por Temer	9
Título: Disputa ligada à Vale deve ter desfecho na 3ª	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Ministério cobra Aneel por reajuste de tarifas sem discussão sobre CDE	11
Título: Empresas buscam fornecedor de gás	12
Título: BNDES prevê R\$ 15 bi para energia	13
Título: Soluções para crise da geração hidrelétrica	14
Título: Possível estatização da Light é questionada por minoritário	16
Título: Eletrobras já tem novo nome para diretor de distribuição	18
Título: Braskem avalia nova logística após tabela dos fretes.....	19
Título: QGEP reduz meta de produção e cai 15% na bolsa	20
Título: Destaques	21

VEÍCULO: O Globo**Seção: Política****Autor: Rayanderson Guerra****Título: Petrobras anuncia que recebeu R\$ 1 bi da Lava-Jato**

É a maior restituição feita à estatal de uma só vez; ao todo, já foram devolvidos à empresa R\$ 2,5 bilhões de valores desviados

A Petrobras informou ontem que recebeu R\$ 1 bilhão, ou R\$ 1.034.406.939,75, por meio de acordos de colaboração e leniência firmados pelo Ministério Público Federal (MPF), em Curitiba, e pela Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília. As restituições são no âmbito da Operação Lava-Jato.

Segundo a companhia, esta é a maior restituição recebida pela Petrobras de uma só vez. Somada aos recursos já transferidos para a empresa desde o início da Lava-Jato, o montante chega a R\$ 2,5 bilhões.

Do valor total, R\$ 259 mil foram depositados na conta judicial da 13a. Vara Federal Criminal de Curitiba e devem ser transferidos para a estatal nos próximos dias, e outros R\$ 774 milhões já foram creditados diretamente para a estatal.

FALTAM LIBERAÇÕES

O dinheiro foi recuperado após o acordo de colaboração de Zwi Skornicki, firmado pela força-tarefa em parceria com a Procuradoria-Geral da República (PGR), no valor de R\$ 87 milhões, além da parcela de R\$ 687 mil do acordo de leniência da empresa Keppel Fels. Cerca de R\$44 milhões ainda estão retidos nas contas judiciais e referem-se a parcelas de 16 acordos com pessoas físicas de três acordos de leniência e da recuperação de recursos de um dos réus da operação.

“A companhia, que é reconhecida pelas autoridades como vítima dos atos desvendados pela operação, seguirá adotando as medidas cabíveis contra empresas e indivíduos que lhe causaram prejuízos. A Petrobras atua como coautora do Ministério Público Federal e da União em 16 ações de improbidade administrativa em andamento, além de ser assistente de acusação em 51 ações penais”, informou a empresa.

ACUSAÇÕES CHEGAM A 319

Segundo o Ministério Público Federal, já foram instaurados 2.476 procedimentos e também propostas nove ações de improbidade contra 50 pessoas, 16 empresas e um partido político. Ao longo da Operação Lava-Jato, que já dura quatro anos, a força-tarefa no Paraná teve 52 fases deflagradas que resultaram no cumprimento de 962 mandados de busca e apreensão, 227 mandados de conduções coercitivas, 115 mandados de prisões preventivas e 121 mandados de prisões temporárias.

Até o momento ocorreram 78 acusações criminais contra 319 pessoas na Justiça Federal do Paraná. De acordo com o Ministério Público Federal, são 204 condenações contra 134 pessoas, segundo o último balanço.

“Devoluções anteriores totalizavam R\$1,4 bilhão. A recuperação desse dinheiro é resultado de um trabalho técnico e esforçado, alavancado pela eficiência trazida pelos acordos de colaboração premiada e de leniência do MPF, em parceria com equipes da Polícia Federal e Receita Federal”, afirmam os procuradores.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Agronegócios

Autor: Manoel Ventura E Karla Gamba

Título: Agronegócio volta ao STF para suspender tabela do frete

Presidente Michel Temer sancionou lei que determina preços mínimos para o serviço, mas vetou anistia a multas aplicadas durante a greve dos caminhoneiros

Brasília / No mesmo dia em que o presidente Michel Temer sancionou a lei que cria uma tabela de preços mínimos para o frete no país, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um novo pedido para suspender a medida. A entidade afirma que a tabela fere a livre concorrência e ressalta que a lei elevará os custos dos alimentos, além de reduzir a produção agrícola em áreas distantes dos grandes centros.

"A CNA é contrária a qualquer tabelamento por entender que a medida fere a livre concorrência, além de trazer prejuízos à população. Desta forma, a Confederação alega que a lei é inconstitucional", reiterou a entidade.

O tabelamento do frete foi uma das medidas negociadas com os caminhoneiros para acabar com a greve que provocou uma crise de desabastecimento no país em maio. O Planalto, no entanto, vetou a anistia a multas de trânsito e judiciais aplicadas durante o movimento. A anistia foi incluída durante a votação do projeto no Congresso.

IMPACTO FINANCEIRO

As multas, que superam R\$ 700 milhões, foram determinadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. O veto do presidente foi recomendado pela Advocacia Geral da União (AGU). Segundo o órgão, caberia apenas ao STF rever as multas.

Nas razões para o veto, Temer afirma que a anistia é inconstitucional, uma vez que seu conteúdo representa renúncia de receitas para o poder público. "A aplicação das multas e sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro foram impostas por decisão judicial e em função do poder de polícia do Estado.

Deste modo, além de representar ingerência fiscal reflexa entre os poderes, a propositura (anistia) deveria estar acompanhada de seu impacto orçamentário e financeiro como requisito de validade. Por estas razões, impõe-se o veto", escreveu o presidente.

O veto ainda será analisado pelo Congresso. O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse ontem que quem se sentir injustiçado pode apresentar defesa na esfera judicial:

— O governo sancionou, vetando a anistia para as multas aplicadas durante o movimento, multas judiciais principalmente, multas pelo crime de locaute, cabendo àqueles que se sentirem injustiçados apresentarem suas defesas na esfera judicial. (A greve) foi um momento muito grave, teve consequências dramáticas para o povo brasileiro, e não podemos agora agir como se nada tivesse acontecido.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Gilmara Santos

Título: Temer sanciona tabela do frete, e agronegócio vai ao STF

Empresários criticam lei e falam em aumento dos preços para o consumidor

São Paulo- O presidente Michel Temer sancionou nesta quinta-feira (9) a lei que institui valores mínimos de fretes rodoviários praticados no Brasil, conforme publicação do Diário Oficial da União. A medida recebeu críticas do setor produtivo, que fala em aumento de preços.

ACNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) entrou com nova ação no STF (Supremo Tribunal Federal).

"Protocolamos pedido de aditamento ao processo que já temos no Supremo e quepe-dia para acabar com a eficácia da medida provisória que criou a tabela de frete" disse o chefe de assessoria jurídica da CNA, Rudy Ferraz.

"Queremos que a lei ou os efeitos do tabelamento sejam imediatamente suspensos."

A tabela de fretes foi uma das medidas adotadas pelo governo após a paralisação dos caminhoneiros, em maio. O movimento afetou diversos setores da economia e provocou desabastecimento.

À época, entidades do setor produtivo ingressaram com ação no STF questionando a constitucionalidade da medida. O ministro Luiz Fux marcou para o dia 27 de agosto reunião para discutir o assunto entre as partes.

De acordo com a lei sancionada por Temer, "a política nacional de pisos mínimos do transporte rodoviário de cargas tem a finalidade de promover condições mínimas para a realização de fretes no território nacional".

Ela diz ainda "proporcionar adequada retribuição ao serviço prestado".

A lei ressalta que os fretes praticados devem ser iguais ou superiores aos estabelecidos pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), "com priorização dos custos referentes ao óleo diesel e aos pedágios".

O texto proíbe acordos em paralelo à tabela.

"Lei é desastrosa, inconstitucional e traz consequência grave para a safra agrícola", afirmou o presidente da Aprosoja Brasil (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), Bartolomeu Braz Pereira.

Segundo cálculos da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), o tabelamento do frete vai gerar gastos adicionais de R\$ 3,3 bilhões sobre a indústria paulista entre os meses de junho a dezembro de 2018.

"Há casos em que o frete passa a custar 50% mais, e é o trabalhador que vai pagar essa conta", disse o presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

A CNA prevê aumento médio de 12,1% no preço de alimentos como arroz, carnes, feijão, leite, ovos, frutas e legumes.

O gerente-executivo de relacionamento do Poder Executivo da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Pablo Cesário, afirmou que a entidade segue confiante numa decisão favorável no STF.

Segundo ele, a CNI está engajada no debate com a ANTT em busca de solução.

Conforme alei, os pisos mínimos de fretes serão publicados até 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano.

Sempre que ocorrer oscilação no preço do diesel no mercado nacional superior a 10% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos, para mais ou para menos, nova norma com pisos mínimos deverá ser publicada.

Temer vetou o artigo que anistiava multas de trânsito e sanções judiciais aplicadas aos caminhoneiros, conforme antecipado pelo Painel nesta quinta.

Com a Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: TCU determina aumento de fatia estatal no pré-sal

Rio de Janeiro- O CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) decidiu elevar os percentuais mínimos de petróleo para a União em dois blocos que serão oferecidos na quinta rodada de licitações do pré-sal, marcada para 28 de setembro.

A mudança atende a recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União), que alegou que os percentuais propostos pela ANP provocariam perdas de R\$ 2,37 bilhões para a arrecadação do governo com a produção de petróleo nas áreas.

Nos leilões do pré-sal sob o regime de partilha da produção, o bônus de assinatura é fixo e a disputa se dá entre as empresas que oferecerem a maior parcela de petróleo para a União, depois de descontados os custos de implantação e operação dos equipamentos.

Na quinta rodada, a ANP vai oferecer quatro áreas: Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde. Se todas forem vendidas, arrecadará com bônus de assinatura R\$ 6,82 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Corrida ao ônibus elétrico

O mundo está se encaminhando para uma rápida revolução da matriz energética, não só na substituição de energia de fonte fóssil por energia renovável, mas sobretudo na substituição dos combustíveis que movem os transportes urbanos. Em abril, a Bloomberg publicou matéria que nos dá conta de que a China está substituindo rapidamente seus ônibus urbanos movidos a diesel por veículos a bateria elétrica. Lá, em apenas cinco anos, nada menos que 385 mil ônibus elétricos, 17% da frota nacional, vêm substituindo os ônibus convencionais a óleo diesel. A troca está sendo feita à proporção de 9,5 mil unidades a cada cinco semanas, o equivalente a toda a frota de ônibus de Londres. A dispensa de queima de óleo diesel na China já sobe a 279 mil barris diários, incluído nessa conta o consumo da frota ainda incipiente de veículos elétricos.

Esses 279 mil barris diários correspondem, anota a matéria da Bloomberg, ao consumo total de óleo diesel da Grécia ao longo de um ano. Mas a China não está só. Neste ano, 40% dos veículos novos vendidos na Noruega são elétricos. A meta é venda zero de carros a gasolina ou diesel em 2025. O governo do Reino Unido já avisou que até 2040 estará proibida a venda de carros zero a gasolina ou óleo diesel. Esse objetivo, também nessa data, foi anunciado pela França. A Índia tomou decisão ainda mais radical. A partir de 2030, não poderá ser mais vendido carro novo movido por combustível fóssil. Relatório da Agência Internacional de Energia dá conta de que outros nove países passaram a adotar políticas de substituição de veículos de combustão convencional por energia elétrica: Áustria, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Japão, Holanda, Portugal, Coreia do Sul e Espanha.

As montadoras começam a tocar a mesma partitura. Scania, Mercedes-Benz, Volvo, Volkswagen e Fiat já anunciaram investimentos bilionários para desenvolver veículos elétricos e híbridos como resposta à nova demanda. Os objetivos imediatos são dois: correr para redução da poluição do ar e redução substancial da emissão de CO₂ na atmosfera e, assim, tentar reverter o aquecimento global. A consequência prática é a rápida redução do consumo de combustíveis fósseis. Os analistas já preveem que, entre 2030 e 2040, o consumo de derivados de petróleo, hoje de 100 milhões de barris diários, começará a diminuir. Ou seja, o fim da era do petróleo está à vista. E agora vêm as consequências para o Brasil. Primeira, será inevitável a substituição também por aqui da frota de ônibus urbanos a óleo diesel por ônibus elétricos.

A China está mostrando a direção. Isso implica completa revisão das políticas de mobilidade urbana, especialmente nas metrópoles. Segunda consequência, não dá mais para perder tempo na área do petróleo. Se é para garantir a produção da riqueza do pré-sal, é inevitável apressar os leilões de área. O programa do governo PT quer o contrário. Quer diminuir a velocidade dos leilões, supostamente para dar tempo para que a indústria nacional de equipamentos

para petróleo e gás consiga se desenvolver. Esta é mais uma grande mudança a que o Brasil chega tarde demais, sob o risco de ficar definitivamente para trás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Katna Baran / CURITIBA Fausto Macedo

Título: Lava Jato já devolveu R\$ 2,5 bilhões à Petrobrás

A força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba devolveu ontem à Petrobrás R\$ 1 bilhão recuperado por meio de acordos de colaboração premiada e de leniência firmados por pessoas físicas e jurídicas envolvidas no esquema, além da repatriação de valores decorrentes de renúncia voluntária. Foi a maior quantia já devolvida de uma só vez à empresa pela operação. Desde 2015, foram restituídos R\$ 2,5 bilhões por meio de 12 atos de ressarcimento ao erário. O valor equivale a 20% do que a Lava Jato pretende restituir à estatal, de R\$ 12 bilhões. A devolução do R\$ 1 bilhão foi antecipada pelo Estado. O presidente da estatal, Ivan Monteiro, participou da cerimônia de entrega dos recursos recuperados, ontem pela manhã na capital paranaense. “Hoje há tolerância zero contra fraude e corrupção”, disse ele, acrescentando que parte da verba será destinada à prevenção de crimes.

Do montante devolvido, R\$ 774,5 milhões já foram depositados na conta da Petrobrás e o restante (R\$ 259,8 milhões) será transferido pelo Poder Judiciário à empresa nos próximos dias. O dinheiro que já está nos cofres da Petrobrás é proveniente de dois acordos: um de colaboração do engenheiro Zwi Skornick, homologado no Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro 2016, e outro de leniência com a empresa Keppel Fels, celebrado no ano passado. Skornick e a Keppel Fels foram responsáveis pelas maiores devoluções individuais feitas por pessoa física (R\$ 87 milhões) e jurídica (R\$ 687,5 milhões), respectivamente. O valor que ainda está nas contas judiciais é proveniente de outros 16 acordos de colaboração premiada com pessoas físicas e três de leniência com pessoas jurídicas. Há também a recuperação espontânea de recursos de um dos réus da operação, de R\$ 44,5 milhões.

Segundo o coordenador-geral de pesquisa e investigação da Receita Federal, Gerson Schaan, além da devolução de recursos, a Lava Jato contribuiu para a recuperação de R\$ 13 bilhões em impostos e contribuições maquiados pelo esquema. Desse valor, a maior fatia – aproximadamente R\$ 10 bilhões – é proveniente de empresas investigadas. “Há uma íntima relação entre sonegação fiscal e corrupção”, disse ele. Corrupção. Em discurso, o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF), criticou medidas em tramitação no Legislativo que, segundo ele, tentam “conter” a operação.

Segundo ele, é importante aproveitar o momento eleitoral para incentivar o combate à corrupção. “As pessoas buscam analisar a Lava Jato em suas virtudes e críticas, o que eu sugeriria é fazer um ‘zoom out’ (olhar distanciado). Nesse contexto, acredito que esses resultados devem ser comemorados, valorizados e incentivados para o futuro, para haver uma mudança do sistema como um todo.” Ao lado de Roni Enara, diretora executiva do Observatório Social do Brasil, que atua na prevenção e combate à corrupção, Dallagnol lançou campanha por novas medidas contra a corrupção. A proposta, segundo ele, é levar ao Congresso Nacional sugestões de mudanças na legislação para combater o crime.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta Luci Ribeiro / BRASÍLIA

Título: Agronegócio vai ao STF contra lei do frete aprovada por Temer

Supremo vai começar a discutir no dia 27 se tabelamento é ou não constitucional; CNA diz que regra traz prejuízos

O agronegócio já recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a constitucionalidade da lei sancionada ontem pelo presidente Michel Temer que dá base ao tabelamento do frete, aprovada pelo Congresso em meados de julho. Ainda é possível buscar a reversão da medida no Judiciário, mas o relator do processo, Luiz Fux, só começa a discutir o tema no fim deste mês. Autora de uma das três ações de inconstitucionalidade contra o tabelamento, iniciada quando ele estava regulado pela Medida Provisória 832, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) protocolou ontem um aditamento para que Fux avalie também a inconstitucionalidade da lei sancionada por Temer, de número 13.703.

A entidade diz que a lei é decorrência da MP. “Reiteramos a necessidade de apreciação da liminar pelo ministro Luiz Fux, pois a mora está prejudicando toda a população brasileira”, disse o chefe da assessoria jurídica da entidade, Rudy Ferraz. O ministro Luiz Fux pretende retomar a discussão sobre a tabela do frete no dia 27, com a realização de uma audiência pública com especialistas. O agronegócio avalia que o cenário não permite esperar até o fim do mês por uma decisão. Segundo cálculos da CNA, o impacto do tabelamento sobre os preços da cesta básica é de 12,1%. Nas cadeias de soja e milho, o prejuízo chega a R\$ 500 milhões por dia. “Queremos produzir um debate qualificado e mostrar nossos argumentos ao Judiciário”, disse o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar.

Autora de outra ação de inconstitucionalidade, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que a lei provoca um “retrocesso que trará graves consequências para a economia brasileira”. A entidade sustenta que a tabela em vigor, editada em 30 de maio, é inaplicável porque foi calculada com base em caminhões de três eixos, mas as grandes cadeias de produção utilizam veículos maiores. A edição da lei abre espaço para que entidades entrem com ações de inconstitucionalidade, disse o advogado Frederico Favacho, que assessora associações da cadeia de soja.

Deixa também dúvida se instâncias inferiores da Justiça podem dar liminar suspendendo a lei, já que liminares contra a MP 832 estão bloqueadas por determinação de Fux. “O quadro continua confuso.” Regras. O presidente Temer vetou apenas um ponto no texto da lei, o que perdoava as multas aplicadas durante a paralisação, que afetam principalmente as empresas de transporte. A lei torna obrigatória a aplicação de uma tabela com preços mínimos do frete, que será calculada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Há uma tabela em vigor, mas a agência trabalha em outra, que deve ficar pronta em 90 dias. A ANTT terá de fiscalizar o cumprimento da tabela. Se o transporte for feito em valores inferiores ao previsto, o caminhoneiro terá direito a indenização equivalente a duas vezes a diferença em relação à tabela.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Disputa ligada à Vale deve ter desfecho na 3ª

Disputa ligada à Vale deve ter A disputa entre a Bradespar, ao lado dos fundos de pensão sócios da Vale, e o grupo Opportunity, de Daniel Dantas, pode ter desfecho na próxima terça-feira, dia 14. Esse é o prazo para a Justiça definir como será feito o pagamento da indenização de R\$ 4 bilhões ao Opportunity. Nenhuma das partes quis comentar o caso. No mercado, porém, há rumores de uma negociação entre as partes. O Opportunity ganhou uma ação de arbitragem por não ter conseguido exercer opção de compra de ações da Valepar. A opção teria sido negociada na época do fim das participações cruzadas da Vale e da CSN, há mais de 15 anos. Após vencer a arbitragem, o Opportunity conseguiu que a Justiça do Rio homologasse uma avaliação fixando o valor da causa, que ainda é objeto de recurso. / RENATA BATISTA, DO RIO desfecho na 3ª

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Ministério cobra Aneel por reajuste de tarifas sem discussão sobre CDE**

O Ministério de Minas e Energia quer adiar a aplicação imediata do aumento bilionário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) nas tarifas dos consumidores. Mais de 4 milhões de clientes das distribuidoras de energia do Pará e do Espírito Santo já começam a sentir os efeitos da alta no orçamento da CDE, o "superfundo" responsável pela quitação de subsídios do setor, cuja previsão de desembolsos subiu R\$ 1,4 bilhão em 2018.

Na terça-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a abertura de audiência pública para discutir proposta de revisão no orçamento do fundo. O prazo para o envio de contribuições só termina no dia 28 de agosto. No entanto, antes mesmo disso, a agência incorporou a variação da CDE nas tarifas de duas distribuidoras de energia - a EDP Espírito Santo e a Celpa - que tiveram seus reajustes anuais definidos nesta semana.

Em ofício assinado ontem à tarde e obtido pelo **Valor**, o ministro **Moreira Franco** se disse surpreso com a aplicação imediata do aumento e cobrou que isso só ocorra depois de terminado o processo de audiência pública.

Para Moreira, diante da possibilidade de desequilíbrio da CDE, a Aneel acertou ao abrir coleta de informações que possam contribuir com sua análise. Segundo ele, a audiência também propicia esclarecimentos aos consumidores e aos agentes do setor elétrico.

"Não obstante, surpreendeu-me a notícia de que a proposta de revisão das quotas da CDE teria efeito imediato", afirma o ministro na correspondência, que é dirigida ao diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. Ele cita um artigo da Lei 9.427, de 1996, para argumentar que "somente" após conclusão da audiência poderia haver a incorporação do aumento nas contas de luz. "Nesse espírito, encareço a atenção de Vossa Senhoria para fortalecer o processo de consultas previsto em lei, de modo que o público não seja surpreendido por decisão antecipada."

Procurado pela reportagem, Rufino disse ter recebido ontem mesmo o ofício, que considerou "muito respeitoso" com o papel institucional da agência. "Não entendi como cobrança, como interferência, mas como uma reflexão do ministro", afirmou. Ele pretende encaminhar ainda hoje uma resposta a Moreira. "Pedi um apanhado das áreas técnicas e vou compartilhar [o ofício de

resposta] com os demais integrantes da diretoria colegiada antes de enviá-lo", completou.

O aumento nas "cotas" do fundo deve ter impacto acima de um ponto percentual nos reajustes tarifários que são aplicados no aniversário contratual de cada concessionária. A CDE banca despesas como o subsídio para consumidores de baixa renda, compra de combustível para o funcionamento de usinas térmicas em sistemas isolados e promoção de fontes incentivadas de energia. Uma das principais razões para aumentar o orçamento do fundo foi o atraso na venda de distribuidoras administradas pela Eletrobras, que é remunerada com encargo aos consumidores.

No ofício, Moreira garante que o ministério "respeita a autonomia, imparcialidade e transparência com que a Aneel conduz a sua atuação" e busca "sempre prestigiar as decisões da agência", mas frisa que a audiência "confere a necessária transparência ao debate".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Empresas buscam fornecedor de gás

Em meio às perspectivas de redução da participação da Petrobras no mercado de gás natural e diante da proximidade do fim do contrato para importação da Bolívia, as distribuidoras de gás canalizado estão em busca de novas fontes de suprimento. Na próxima semana, serão lançadas, num esforço conjunto envolvendo 12 concessionárias, duas chamadas públicas para contratação de gás para fornecimento a partir de 2020.

Gas Brasileiro (SP), Compagas (PR), SCGás (SC), Sulgás (RS) e MSGás (MS) se uniram para promover uma chamada pública para aquisição de 10 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia). Já no Nordeste, Algás (AL), Bahiagás (BA), Cegás (CE), PBGás (PB), Copergás (PE), Potigás (RN) e Sergás (SE) farão uma segunda chamada. para contratação de 9,4 milhões de m³ /dia.

Os contratos serão assinados entre cada distribuidora e supridor. A ideia de se juntarem é dar escala ao processo de contratação e, assim, atrair a atenção dos grandes fornecedores. Juntas, as 12 empresas representam 30% do mercado brasileiro de distribuição.

A expectativa é receber as propostas este ano e assinar os contratos no início de 2019. No Nordeste, a ideia é aproveitar que os contratos com a Petrobras vencem em, em sua maioria, no fim de 2019, para reduzir a dependência da

estatal. Já as empresas do Sul, MSGás e Gas Brasileiro querem buscar fornecedores para suprir o mercado após o término do contrato de importação da Bolívia, em 2020.

"Esperamos que tenhamos um processo de pluralidade de supridores", disse o presidente da SCGás, Cosme Polese.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: BNDES prevê R\$ 15 bi para energia

Os desembolsos do BNDES para a área de energia deverão alcançar cerca de R\$ 15 bilhões em 2018. Segundo a superintendente da área de energia da instituição, Carla Primavera, a cifra ficará praticamente em linha com a que foi desembolsada para projetos do segmento em 2017.

Com relação ao próximo leilão de energia, marcado para 31 de agosto e que negociará contratos de novos empreendimentos com início de fornecimento previsto para 2024, ela contou que as condições de financiamento do banco serão as mesmas daquelas divulgadas no início do ano.

"Como divulgamos as condições de apoio para o leilão no início do ano, o conhecimento delas já estão bem sedimentadas", completou ela, acrescentando que o banco tem sido muito procurado pelos investidores.

Questionada sobre o novo modelo de financiamento para projetos eólicos no mercado livre, sem contratos de longo prazo de compra e venda de energia e baseados em preços no mercado de curto prazo, Carla disse que espera fechar os primeiros contratos de empréstimos já neste ano.

"Já temos em carteira projetos estruturados no mercado livre, mas não temos nenhum projeto que leve em consideração energia no 'spot' [mercado de curto prazo], descontratada, com expectativa de preço de PLD [preço de liquidação das diferenças]. Entendo que os investidores também estão amadurecendo a ideia", explicou.

Segundo ela, não existe um limite de recursos do banco destinados à essa nova modalidade.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Claudio Sales e Richard Hochstetler****Título: Soluções para crise da geração hidrelétrica**

Os geradores hidrelétricos têm sofrido uma grave crise de produção. Desde 2013, eles têm produzido energia em nível inferior à sua chamada "Garantia Física", parâmetro que representa o montante que as hidrelétricas podem produzir com 95% de confiabilidade.

A produção hidrelétrica, expressa em termos percentuais da Garantia Física, é conhecida como GSF (Generation Scaling Factor). De acordo com os critérios de planejamento adotados, o GSF só deveria cair abaixo de 1 (100%) em 5% do tempo. Nos últimos cinco anos, no entanto, a geração hidrelétrica foi sistematicamente inferior a esse valor, resultando num GSF médio de 0,89.

Uma produção hidrelétrica 11% abaixo da Garantia Física pode não parecer tão comprometedora, mas quando se leva em conta o seu impacto financeiro, percebe-se a gravidade da situação.

PL dá alívio imediato com o expurgo de alguns fatores que impactam o GSF e que não são associados à hidrologia

A maior parte da eletricidade no Brasil é comercializada por meio de contratos de longo prazo, de forma que quando uma hidrelétrica gera menos do que o especificado em seus contratos, a diferença precisa ser adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao preço de curto prazo vigente. Como a diminuição da produção hidrelétrica tipicamente é compensada pelo acionamento de usinas termelétricas que apresentam custos operacionais mais altos, o custo incorrido pelos geradores hidrelétricos na compra de energia para honrar seus compromissos supera a receita prevista nos contratos. Logo, mesmo reduções percentuais relativamente pequenas de produção hidrelétrica podem resultar em rombos bilionários para os geradores hidrelétricos.

Mas por que a geração hidrelétrica foi sistematicamente tão baixa nos últimos anos? Seria apenas devido à estiagem (o tal "risco hidrológico")?

A resposta é não. Embora a estiagem explique uma parte da redução da produção hidrelétrica, há outros fatores: 1- a "geração fora da ordem de mérito"; 2- a alteração do critério de aversão ao risco adotado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico); 3- o deslocamento de geração hidrelétrica por energia importada de outros países vizinhos; 4- a contratação de Energia de Reserva proveniente de usinas com Custo Variável Unitário nulo

(tais como de usinas eólicas e de biomassa), cuja produção é priorizada independentemente das condições de oferta e demanda do sistema; 5- restrições de transmissão que impedem o pleno escoamento da geração hidrelétrica; e 6- a antecipação de Garantia Física para novas hidrelétricas (o que dilui o lastro efetivo das demais hidrelétricas).

Os seis fatores acima são frutos de políticas de governo, sobre os quais os geradores hidrelétricos têm pouca ou nenhuma influência.

O que torna a situação dramática é que os proprietários não têm autonomia operacional sobre suas usinas. Quem define quando e quanto cada usina produz é o ONS com base em modelos computacionais oficiais. Aos geradores resta apenas a possibilidade de gerir a sua política de comercialização de energia.

Mas mesmo esta possibilidade é limitada, pois a maior parte da energia é comercializada em contratos muito longos (de até 35 anos de duração). Os geradores firmam estes contratos com base nas condições estruturais do sistema e na política operativa quando o contrato é firmado, mas alterações subsequentes podem alterar profundamente o perfil de risco associado ao GSF.

Isso explica porque os geradores hidrelétricos têm conseguido liminares na Justiça isentando-os de efetuar os pagamentos na CCEE pelas exposições resultantes do baixo GSF nos últimos anos.

Por exemplo, nos 12 meses entre maio de 2017 e abril de 2018, as hidrelétricas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) foram forçadas a desperdiçar o equivalente a 961 MW-médios em "vertimentos turbináveis" (água liberada pelo vertedouro da hidrelétrica que poderia ser turbinada para gerar energia) devido a restrições de transmissão que impossibilitavam o escoamento de energia das usinas até os centros de consumo (detalhes na 12ª edição do estudo Programa Energia Transparente em www.acendebrasil.com.br/estudos).

Outro fator que tem prejudicado a geração hidrelétrica é o deslocamento da geração hidrelétrica de períodos de altos preços para períodos de preços mais baixos. As autoridades já reconheceram este efeito e promoveram compensações no caso de deslocamento por despacho termelétrico "fora da ordem de mérito" e de importação de energia sem Garantia Física (Lei 13.203, regulamentada pela Resolução 764/2017 da Aneel), mas ainda não reconheceram esse efeito em outros casos, como o deslocamento pela geração de outras fontes com Custo Variável Unitário nulo.

O efeito do deslocamento hidrelétrico é ainda mais grave no caso de hidrelétricas a fio d'água, como a hidrelétrica Belo Monte, que deixou de produzir 579 MW-médios nos doze meses entre maio de 2017 e abril de 2018

devido a tais "vertimentos turbináveis". Neste caso, a razão principal foi o deslocamento por geração eólica.

Os problemas associados ao GSF só serão plenamente solucionados por meio de mudanças na arquitetura de mercado atual para proporcionar autonomia operativa aos geradores hidrelétricos.

Mas como essa alteração é complexa, requerendo vários anos para sua implementação, medidas como a contida no Artigo 5º do Projeto de Lei (PL) 77/2018 que tramita no Senado (referido como PL 10.332/2018 na Câmara dos Deputados) ajudam ao proporcionar alívio imediato por meio do expurgo de alguns dos fatores que impactam o GSF que não são associados à hidrologia.

Embora os geradores hidrelétricos ainda tenham que arcar com a maior parte da exposição resultante do baixo GSF, o PL mitiga o problema e pode ser suficiente para que os agentes abram mão das ações judiciais que impedem a liquidação de mais de R\$ 6,4 bilhões em transações de energia na CCEE.

Não podemos permanecer inertes. A incerteza introduzida por essas disputas judiciais eleva o risco setorial e encarece a prestação do serviço. O Congresso Nacional tem em mãos uma proposta madura, já bastante discutida, e que pode ajudar muito a desembaraçar esse grave problema.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Possível estatização da Light é questionada por minoritário

Um grupo de minoritários da Light enviou consultas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Cemig, maior acionista da companhia, a respeito de um possível direito a 'tag along' (termo financeiro para o direito de vender conjuntamente sua participação) como resultado do exercício da opção de venda ("put", no jargão do mercado) exercida por bancos contra a estatal mineira no capital da Light.

O cenário é improvável, uma vez que há uma jurisprudência consolidada na CVM de que esse direito não existe no caso de movimentações dentro do bloco de controle, mas apenas em alienações. A tese que prevalece no mercado hoje é de que só se pode alienar o que se tem. Como os bancos não têm o controle sozinhos, pois compartilham este com a própria Cemig, não o estariam alienando. O entendimento se baseia no texto da Lei das S.A., que fala literalmente em "alienação de controle", e não em aquisição de controle.

Mas caso a CVM venha a confirmar a tese dos acionistas, a Cemig pode ter que desembolsar algo em torno de R\$ 2,3 bilhões, caso todos os minoritários exerçam o direito a tag along, além dos R\$ 600 milhões referentes ao pagamento dos bancos que exerceram a "put".

A jurisprudência é criticada por parte dos agentes mercado e por entidades ligadas aos minoritários, já que muitas vezes existe um "prêmio" no valor pago pela ação do bloco de controle, que não é pago aos demais acionistas.

Neste caso da Light, o pleito está sendo liderado pelo minoritário Demetrius Lucindo. Até o momento, ele não obteve respostas aos questionamentos. Lucindo, que já entrou em contato com outros 90 acionistas, pretende formar uma associação para defender os interesses dos minoritários da Light, repetindo a experiência que conduziu no caso da AES Elpa.

"Vai mudar o bloco de controle da Light, o que dará direito ao 'tag along'. Se, por acaso, fizerem algum artifício contábil para descaracterizar uma mudança de controle, nós vamos entrar na Justiça", disse Lucindo ao **Valor**. "Não se pode esquecer do acionista minoritário", completou.

O cálculo do pagamento aos minoritários considera o valor definido por ação no acordo da "put", de R\$ 29,54, e o total de participação minoritária na empresa. O valor é mais que o dobro do preço de fechamento das ações da Light no pregão de ontem, de R\$ 12,50. Segundo Lucindo, o montante pode ser ainda maior, considerando o índice de correção monetária que tiver sido considerado no acordo.

O acionista diz ser a favor da venda da fatia da Cemig na Light, devido ao elevado endividamento da distribuidora fluminense e da companhia mineira. "É melhor estancar um pouco essa perda do que colocar duas grandes empresas em risco e prejudicar os consumidores", disse. Para defender o "tag along", ele cita trecho do estatuto social da Light, que diz que a "alienação do controle da companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas."

Procurada, a Cemig disse não considerar a possibilidade de que sua participação na Light ultrapasse 50%. "Logo, não se aplica a cláusula de 'tag-along' uma vez que esse direito só é exercitável no caso de alienação de controle", disse a estatal.

O plano da companhia ainda é vender a Light, mas, segundo o **Valor** apurou, o cenário é cada vez mais improvável antes da liquidação da "put", em novembro.

A saída para evitar a estatização seria vender 2% das ações da Light no mercado antes da liquidação da opção. Assim, mesmo com a operação, a Cemig ficaria com menos de 50% do capital da empresa.

Segundo Lucindo, essa alternativa representaria um "golpe nos minoritários", com a "única e clara" intenção de não estender o 'tag along'. "Exatamente por prever algo assim, ou seja, uma manobra maquiavélica, que vamos nos organizar e ir aos tribunais se necessário, para demonstrar essa palhaçada que sempre acontece no mercado de ações brasileiro", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Eletrobras já tem novo nome para diretor de distribuição

O consultor da FGV Energia e advogado especializado no setor elétrico Gustavo de Marchi foi indicado para assumir a diretoria de distribuição da Eletrobras, apurou o **Valor**. O novo diretor terá a missão de preparar as cinco distribuidoras ainda sob gestão da estatal para a privatização.

Caso seja aprovado pelo conselho de administração da holding, Marchi irá substituir Luiz Henrique Hamann, que assumiu ontem a presidência da Eletronorte braço da companhia na região Norte, com sede em Brasília.

Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras disse que, até a nomeação de um novo executivo, a diretoria de distribuição será acumulada interinamente pelo presidente da holding, Wilson Ferreira Junior.

Com ampla experiência jurídica na área de distribuição de energia, Marchi vai trabalhar nas questões necessárias para a alienação das distribuidoras, prevista para ocorrer ainda neste ano, segundo uma fonte com conhecimento do assunto.

Em julho, a Cepisa, distribuidora da Eletrobras no Piauí, foi leiloada e arrematada pela Equatorial Energia. Restam ainda cinco empresas: Amazonas Distribuição de Energia (AM), Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Ceal (AL).

Nesta semana, o Senado sinalizou que deverá adiar para depois das eleições a votação do projeto de lei que trata do equacionamento de pendências financeiras das distribuidoras do Norte. Ainda assim, a Eletrobras pretende manter o leilão das quatro empresas do Norte no fim deste mês. "Para a

empresa não mudou nada. O leilão está mantido para o dia 30/08. Qualquer mudança vamos comunicar ao mercado", informou a Eletrobras, em nota.

Não há data ainda para a venda da Ceal, cuja privatização da empresa está suspensa por liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. Sem o PL, a única distribuidora da Eletrobras que deve ser atrativa no mercado é a concessionária de Alagoas.

Luiz Henrique Hamann substituiu Vilmos da Silva Grunvald na presidência da Eletronorte. Funcionário de carreira da Eletronorte desde maio de 1981, Hamann foi assistente da presidência da empresa de 1996 a 2003. Ele também foi assistente da diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras, da diretoria Financeira de Furnas e diretor Financeiro e diretor-presidente da Companhia Energética de Roraima (CERR).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: De São Paulo

Título: Braskem avalia nova logística após tabela dos fretes

Com o tabelamento dos fretes rodoviários no país, a Braskem, maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, vai avaliar alternativas de transporte e logística, já que o preço mínimo tem impacto na estrutura de custos. "Neste momento, a decisão foi absorver o custo", afirmou o presidente da petroquímica, Fernando Musa.

O executivo citou como exemplo ampliar o uso de cabotagem, que passa a ser viável em determinadas rotas após o tabelamento. A companhia poderia analisar a compra de um ativo de logística se essa alternativa se mostrar vantajosa. "Todas as possibilidades estão sendo estudadas", disse Musa, ponderando as empresas estão fazendo essa avaliação e há risco de surgimento de novos gargalos caso todos adotem a mesma alternativa.

A tabela do frete foi uma das conquistas dos caminhoneiros após a paralisação em maio. A greve levou à parada completa da central petroquímica do polo do ABC, em São Paulo, durante alguns dias, e reduziu a taxa de operação no país, que ficou em 90% - queda de 3 pontos percentuais na comparação anual. Outras centrais tiveram redução da carga de operação, de até 50%.

Com isso, houve redução na disponibilidade de produtos e queda nas vendas no trimestre. O maior impacto foi sentido nas exportações a partir do Brasil, já que a companhia privilegiou as entregas a clientes nacionais.

Após a greve, a Braskem revisou a expectativa para a demanda doméstica de resinas em 2018. No início do ano, ela trabalhava com projeção de alta de 4% e, agora, espera expansão entre 3% e 4%. "Ainda é uma expectativa saudável, mas é preciso esperar agosto e setembro se desenrolarem para que ela se confirme", afirmou Musa.

No mercado internacional, Musa comentou que a Europa segue exibindo uma "boa trajetória" de demanda e a economia no México, apesar do processo eleitoral, está bem. No país, a demanda por polietileno deve crescer 2%. No trimestre, as vendas da resina no mercado mexicano totalizaram 135 mil toneladas, alta de 4% na comparação anual e com participação de 68% nas vendas totais.

Conforme Musa, não há, neste momento, discussão com o conselho de administração acerca de novo pagamento de dividendos. Em maio, a petroquímica pagou R\$ 1,5 bilhão e, em julho, aprovou uma nova política de distribuição de proventos. A política, explicou Musa, define procedimentos e conceitos que já vinham sendo praticados e estabelece que a decisão de pagamento terá de levar em conta a previsão de investimentos, plano de negócios e fluxo de caixa em três anos. Além disso, terá de observar o teto de 2,5 vezes para a alavancagem em dólar, no ano e nos dois exercícios seguintes.

(Stella Fontes com colaboração de Camila Maia)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: QGEP reduz meta de produção e cai 15% na bolsa

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) enfrentou uma forte reação negativa no mercado, após anunciar a revisão das estimativas de produção de Atlanta, na Bacia de Santos. Mesmo tendo apresentado resultados positivos no segundo trimestre, com altas de 39,6% no lucro e de 38% nas receitas, as ações da petroleira fecharam o pregão de ontem com uma baixa de 15,6% na B3.

O presidente da QGEP, Lincoln Guardado, tentou tranquilizar os investidores, ao dizer que o comportamento do reservatório está "em plena consonância" com as expectativas e ao prometer medidas para recuperar a produção do campo. As iniciativas, porém, só terão efeitos práticos em 2019.

Atlanta entrou em fase de produção em maio e marcou a estreia da QGEP como produtora de petróleo. Inicialmente, a empresa esperava produzir 20 mil barris/dia nos dois primeiros poços do sistema antecipado, mas ainda em maio revisou essa projeção para entre 16 mil e 18 mil barris diários, devido a

problemas mecânicos nas bombas que ficam dentro dos poços. Na quarta-feira, voltou a reduzir as estimativas, dessa vez para uma média de 13 mil barris/dia.

Isso porque, com a falha, a QGEP teve de acionar as bombas que ficam no leito marinho e que possuem uma performance menos eficiente. A empresa fará a troca das duas bombas que falharam no 2º trimestre de 2019, depois de iniciada a produção do terceiro poço. A expectativa é que a troca das bombas e a nova perfuração permitam elevar a produção local para entre 27 mil e 30 mil barris/dia.

A QGEP tem R\$ 1,8 bilhão em caixa. A diretora financeira, Paula Côrte Real, explicou, contudo, que a empresa ainda está estudando o que fará com os recursos. Segundo ela, uma nova distribuição extraordinária de dividendos é uma possibilidade, mas o foco da empresa, hoje, está voltado para o financiamento da expansão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Emissão da Eletropaulo

A Eletropaulo aprovou a emissão de debêntures de até R\$ 3 bilhões. Os recursos serão destinados para o refinanciamento do passivo. A Celesc emitiu R\$ 250 milhões em debêntures para 2023. Os papéis pagarão CDI mais 1,90%. O Santander atuou como coordenador líder de um sindicato formado com o chinês Bocom BBM e desembolsou R\$ 150 milhões. **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .